

Émerson Neves da Silva\*

## A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DO CASO BRASILEIRO E MEXICANO (1970-1980)

**Resumo:** A partir da década de 1970, a América Latina percebe uma significativa alteração no campo. A agricultura suporta a expansão do capital internacionalizado, ou seja, a modernização desse setor é mediada pelo investimento industrial e financeiro, gerando contradições e conflitos ambientais e sociais. O presente trabalho aborda os principais elementos constitutivos do processo de modernização da agricultura no México e no Brasil, tecendo um panorama histórico que ilustrará o desenvolvimento da modernização do campo na América Latina a partir do estudo da experiência brasileira e mexicana.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura; Revolução Verde; agricultura camponesa

**Abstract:** Since the 1970s, Latin America has seen a significant change in the countryside. Agriculture sustains the expansion of internationalized capital, which means that the modernization of that sector is mediated by industrial and financial investment, generating contradictions and social and environmental conflict. This paper will analyze the main factors that influence the process of agricultural modernization in Mexico and in Brazil, providing an historical overview intended to illustrate the modernization of the countryside in Latin America from a study of the Brazilian and Mexican experiences.

**Keywords:** Agricultural modernization; Green Revolution; peasant agriculture

### A modernização da agricultura brasileira

Na história da América Latina é recorrente a “dependência” da economia local em relação ao movimento dos grandes países capitalistas.<sup>1</sup> Despontam-se conflitos sociais e culturais nesse processo de “ajuste” da economia latino-americana ao modelo econômico internacional. Eric Wolf, ao examinar as histórias mexicana, boliviana e cubana no século XX, constata que esses países tiveram significativas disputas sociais, que cominaram com processos revolucionários, em virtude das contradições

---

\*Doutor em História pela UNISINOS. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - Email: emerson.neves.silva@terra.com.br

socioeconômicas geradas pela inserção desses países no cenário econômico internacional de forma desfavorável.

Em meados do século XX, abre-se um novo período de “ajuste” da sociedade latino-americana às novas características da economia mundial. A partir da década de 1960, o capitalismo mundial inicia o processo de internacionalização da produção sob a “coordenação” dos Estados Unidos, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores). Nessa linha, Prado Júnior (1998, p. 347) analisa como o Brasil relaciona-se com o processo de internacionalização do capital, na obra *História Econômica do Brasil*, atualizada com o texto *Post Scriptum* em 1976:

O nosso país não ficaria à margem da tremenda ofensiva, pelo mundo afora, do capitalismo internacional mobilizado pelos grupos financeiros e monopólios, e que encontraria aqui larga e generosa acolhida graças à orientação política adotada. Os primeiros, à busca de aplicações para os excessos de liquidez proporcionada pelos eurodólares e outras fontes abundantes de capitais na época disponíveis; os outros, os monopólios, como bons negociantes, à cata de quaisquer oportunidades de novos negócios que relativamente abundavam, e, de imediato, muito bons, nas áreas do Terceiro Mundo semivirgem ainda do progresso capitalista mais recente onde quase tudo, no nível desse progresso estava por fazer ou introduzir.

A elite nacional brasileira, mais uma vez, efetivou um pacto com o capital internacional e, conforme conceituação de Fernandes (1981, p. 54-55), imprimiu uma política econômica denominada capitalismo dependente, ou seja, o desenvolvimento nacional a partir da articulação de segmentos da elite nacional com o sistema monopolista internacional. Todavia, verificamos que historicamente essa associação não rendeu o desenvolvimento social e econômico anunciado por seus “idealizadores”; ao contrário, aprofundou as contradições sociais já existentes. De acordo com Fernandes (1981, p. 64):

[...] O subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida. Por fim, a própria ordem que lhe é inerente não consegue impor-se como um fator de equilíbrio dinâmico e de transformação intensiva.

O Brasil, então, através da ditadura militar, forjou as condições políticas e sociais para o implemento de um novo modelo capitalista assentado no capital estrangeiro. A agricultura camponesa brasileira – na qual se subtemem pequenos agricultores, trabalhadores assalariados, posseiros, arrendatários e parceiros –, com a política agrícola dos militares, encontrou dificuldades para manter-se no contexto econômico baseado na modernização da agricultura brasileira. A agricultura empresarial articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas (BRUM, 1988).

A questão agrária<sup>2</sup> ainda em aberto contribui para a manutenção de atores sociais, como, por exemplo, sem-terra, posseiros, trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos agricultores, que atuam na perspectiva de existirem socialmente em meio ao contexto agrário e agrícola que beneficia a grande propriedade exportadora.

O Censo Agropecuário de 1996, conforme o Quadro 1, indica que, apesar de a percentagem de 78,15 de pessoas ocupadas na agricultura ser de proprietários, as formas de produção como arrendamento, parceria e ocupação ainda se fazem presentes. O Quadro 2 demonstra que 30,52% do pessoal ocupado possui áreas entre dez e cinquenta hectares, e 25,50% utiliza de dois a dez hectares. Conclui-se que, apesar do número significativo da condição de proprietário rural no campo brasileiro, de 78,15%, quando se analisa o tamanho da área, percebe-se a heterogeneidade da agricultura, ou seja, ao “lado” da grande propriedade agrícola de caráter empresarial, há estabelecimentos familiares que não são homogêneos; possuem, mesmo que os indicadores em relação ao proprietário seja relevante, diferenças quanto à área ocupada e, por conseguinte, distinções no tocante à produção e à inserção no mercado.

<b>Ocupação</b>	<b>Percentual</b>
Proprietário	78,15
Ocupante	11,99
Arrendatário	5,17
Parceiro	4,7

Quadro1 – Pessoal ocupado, por condição – 1996  
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

<b>Área – hectares</b>	<b>Percentual</b>
1 a menos de 2 há	7,69
2 a menos de 10 ha	25,50
10 a menos de 50 ha	30,52
50 a menos de 100 ha	16,04
100 a menos de 200 ha	12,30
200 a menos de 1000 ha	8,30
1000 a menos de 5000 ha	2,95

Quadro 2 – Pessoal ocupado, por área – 1996.  
 Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Como recurso metodológico para congregar essa multiplicidade social presente no campo brasileiro, o conceito de camponês pode ser empregado para fazê-lo, não no sentido clássico, como, por exemplo, para nomear os trabalhadores rurais da Inglaterra, no século XVII, como indica a análise de Rudé (1982) e de Hobsbawm (1982), mas, na ausência de um termo que expresse essa realidade com precisão, emprega-se o conceito de camponês definido por Martins (1995), segundo o qual a utilização de tal conceito é recente no Brasil, sendo uma importação política, a qual deu unidade às diversas formas de denominação do indivíduo que trabalhada no campo, como, por exemplo, caboclo, tabaréu, caipira, caiçara e colono. É uma ordenação política, pois coloca esse indivíduo como protagonista de lutas sociais no campo (MARTINS, 1995).

Longe de estabelecer generalizações, acredito ser metodologicamente mais adequada a este estudo a utilização dessa concepção de camponês, uma vez que abrange os vários atores sociais que fazem parte do campo brasileiro, não apenas o pequeno proprietário.

Voltando à discussão das implicações do Golpe Militar de 1964, a política agrícola e agrária dos militares, mesmo não sendo homogênea durante o período em que estiveram no poder, é possível assinalar algumas características que identificam a ação governamental dos militares na questão agrária.

As políticas públicas desencadeadas pelos Governos Militares asseguraram, através de crédito e da ação dos órgãos de Estado, como, por exemplo, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a intensificação do processo de modernização, a qual alterou o padrão

produtivo agrícola do país, sem alterar a estrutura agrária, agudizando a concentração agrária. Conforme Brum (1988), os militares investiram no aumento da produtividade agropecuária através da renovação tecnológica, ou seja, utilização de insumos, técnicas e equipamentos modernos, ajustando o país à estratégia da agricultura mundial baseada no complexo agroindustrial. Ao longo do Regime Militar, o crédito rural subsidiado financiou a modernização da agricultura, conotando uma inédita transferência de capital do Estado para a agricultura, através do Sistema de Crédito Rural, criado em 1965. Entre 1965 e 1970, o crédito agrícola triplicou (HOUTZAGER, 2004, p. 67). Enquanto que na década de 1970, o crédito foi elevado em cinco vezes. A agricultura associada à indústria de insumos químicos, de máquinas e de alimentos toma um relevante impulso no período do Regime Militar.

No quadro a seguir, observa-se que o número de tratores utilizados em estabelecimentos agropecuários aumentou significativamente no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Todas as regiões registram um acréscimo relevante na utilização de tratores na lavoura. Nas regiões Sul e Centro-Oeste o crescimento do montante de máquinas é superior ao das demais regiões do país, em decorrência da concentração e intensificação da produção de soja nessas áreas.

<b>Ano</b> <b>Região</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Norte	1.127	1.733	6.295	12.052
Nordeste	7.281	15.074	38.046	41.727
Centro-Oeste	10.340	29.032	63.391	86.233
Sudeste	82.517	131.881	202.571	238.947
Sul	64.605	145.393	234.902	286.321

Quadro 3 – Número de tratores em estabelecimentos agropecuários – unidade  
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

A reconversão tecnológica da agricultura brasileira, que contou com desenvolvimento do setor industrial ligado à agropecuária, foi subsidiada pelo Estado, através de incentivos fiscais e financiamentos públicos. A SUDAM, criada para modernizar a Amazônia através de grandes empreendimentos agropecuários, entre 1965 a 1977, aprovou um total de 549 projetos, os quais receberam incentivos fiscais do Estado. Desse montante, 335 eram projetos relacionados a agropecuária, os demais à

empreendimentos industriais, agroindustriais e de serviços básicos (IANNI, 1979, p. 75). Com o estímulo do Estado, a Amazônia tornou-se “fronteira” de desenvolvimento extensivo do capitalismo, ou seja, a modernização tecnológica e econômica estimulada pelo Estado articulou capital privado e público na construção de um novo padrão produtivo, assentado na empresa rural, na agroindústria e na exportação.

Cabe destacar que esse processo de modernização agrícola efetivado nas décadas de 1960 e 1970 requereu como pré-condição ao seu desenvolvimento a eliminação dos projetos de reforma agrária e o estabelecimento do controle do Estado sobre a organização social, mantendo a estrutura fundiária, assim, inalterada (MENDONÇA, 2006, p. 51).

A área dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com o Quadro 4, cresceu durante a década de 1970 e 1980, observando o incremento maior na região Centro-Oeste, em virtude da expansão da soja e da pecuária sobre essa região. A área envolvida por empreendimentos agropecuários no Centro-Oeste salda de 81.705.624 ha, em 1970, para 99.122.399 ha, no ano de 1985. Sem dúvida, esse dado indica o relevante aumento da área utilizada pelas atividades agrícolas na região e. Considerando o aumento menor das outras regiões, pode-se dizer que nas regiões Sudeste e Sul também houve o aumento da área pertencente a empreendimentos agropecuários.

<b>Ano</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
<b>Região</b>				
Sudeste	69.500.950	72.463.938	73.502.906	73.241.423
Sul	45.458.035	46.172.034	47.911.723	47.940.106
Centro-Oeste	81.705.624	93.953.658	113.436.463	99.122.399

Quadro 4 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários – hectare  
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário Agropecuário de 1996.

No entanto, no Quadro 5, constata-se que, em relação ao total de estabelecimentos agropecuários existentes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ocorreu, no período das décadas de 1970 e 1980, o processo inverso ao de aumento da área envolvida pelos empreendimentos agropecuários, ou seja, houve a redução dos números de estabelecimentos agropecuários. Verifica-se que, na região Sul, por exemplo, a redução do número de estabelecimentos de 1.274.009, em 1970, para 1.145.480, em 1985, totalizando a diminuição de 128.529 unidades, indicando que houve uma concentração fundiária.

<b>Região \ Ano</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Sudeste	928.945	878.684	890.869	993.978
Sul	1.274.009	1.156.580	1.145.480	1.198.542
Centro-Oeste	253.132	269.365	267.748	267.337

Quadro 5 – Número de Estabelecimentos Agropecuários – unidade  
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996.

Observando-se os dados do Quadro 6, fica mais visível o processo de concentração ocorrido durante o Regime Militar. Na região Centro-Oeste, em 1970, os estabelecimentos com tamanho de dez a cem hectares ocupavam área de 2.910.133 hectares. Em 1985, a área ocupada por esses estabelecimentos passou para 4.416.564 hectares. Ao examinar as propriedades de tamanho igual ou superior a 1000 hectares, constata-se aumento muito superior. Em 1970, ocupavam uma área de 26.199.063 hectares. Em 1985, esse número saltou para 71.168.273 hectares, ou seja, incorporando 44.699.210 hectares ao domínio dos estabelecimentos no período de quinze anos. Esse crescimento territorial não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento dos números de estabelecimentos, o que indica que houve concentração agrária. Na relação entre o aumento significativo das terras ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários e os números referentes ao crescimento dos estabelecimentos, percebe-se que o crescimento da área utilizada foi bem superior ao do número de novos estabelecimentos, havendo, inclusive, a redução dos números de estabelecimentos nas regiões Sul e Sudeste no período de 1975 a 1980.

<b>Região</b>	<b>Ano \ Hectares</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>
Sudeste	10 há a menos de 100 ha	17.014.885	16.464.101	16.267.328	17.219.016
Sudeste	1000 ha a mais	18.444.043	20.339.560	21.660.121	20.120.308
Sul	10 ha a menos de 100 ha	17.406.966	16.775.525	16.666.521	16.563.165
Sul	1000 ha a mais	10.627.449	1.136.695	12.037.916	11.515.513
Centro-Oeste	10 há a menos de 100 ha	2.910.133	3.616.835	3.770.693	4.416.564
Centro-Oeste	1000 ha a mais	26.199.063	57.314.585	70.107.554	71.168.273

Os militares protagonizaram a transição do latifúndio para a empresa rural, “descartando” a reforma agrária. Essa construção social, produzida pelo Estado, exigiu a transformação do latifundiário em empresário rural, justificando, dessa forma, a grande propriedade agrícola, agora sobre a égide simbólica do moderno: a razão capitalista. Assim,

[...] seria necessário consolidar-se, igualmente, uma categorização social de novo tipo: o empresário rural. Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação. Nessa nova identidade, não deveriam limitar-se ao papel de meros proprietários de terra, porém contar com uma mentalidade “evoluída” e aberta às inovações tecnológicas de que estaria carente a agricultura brasileira (MENDONÇA, 2006, p. 52-53).

A identidade de empresário rural é estabelecida com a colaboração da Sociedade Rural Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura. O discurso dessas entidades partia da “retórica da penalização da agricultura”, a qual consistia em afirmar que a agricultura vinha sendo prejudicada com os benefícios estatais fornecidos aos empresários industriais. Sendo assim, a ação do Estado na perspectiva da modernização agrícola e a atualização dos latifundiários convergiam ao mesmo ponto: alterar o modelo agrícola sem ruptura estrutural, ou seja, manter o velho – modelo fundiário baseado na grande propriedade – com uma roupagem nova, moderna:

Essa nova retórica estaria centrada na construção de uma identidade básica de conjunto que amalgamasse os interesses entre proprietários de terra e empresários rurais, sendo ela construída em torno de alguns pontos tidos como essenciais para a manutenção de seu poder e dominação, dentre eles: a) a elaboração de um novo discurso que os afinasse à “modernidade”; b) a definição de novas estratégias de política agrícola favoráveis a seus interesses e, finalmente, c) a defesa de maior capacidade de organização e ampliação da representação que lhes propiciasse maior poder de barganha junto à sociedade política (MENDONÇA, 2006, p. 53)



De fato, quando se fala em apoio do poder público à constituição da modernização agrícola, graças ao qual o latifúndio foi redimensionado, é pertinente destacar que esse apoio materializava-se através de significativa oferta de subsídios e créditos à agricultura empresarial, objetivando a alteração da matriz tecnológica e produtiva. De outra parte, o governo dos Militares reformou a máquina estatal, para implementar o seu modelo de agrícola. Nessa perspectiva foram criados o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e, subseqüentemente, foram substituídas essas instituições, em 1972, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o qual sinalizou o novo sentido dado à reforma agrária: “no lugar da crítica à estrutura fundiária, colocava-se uma nova alternativa por intermédio da ocupação de terras públicas em fronteiras, o que tornava a reforma agrária um equivalente de colonização” (MENDONÇA, 2006, p. 72). Ou seja, ao controlar a tensão social em virtude da estrutura fundiária do país concentrada, o Estado transferiu a questão agrária do âmbito do social para o econômico, subordinando-a ao modelo de desenvolvimento econômico alicerçado no capital externo, capaz de modernizar e ocupar as regiões atrasadas do país:

Assim, para além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital – nacional e estrangeiro –, abrindo brechas para a expansão do latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização, a política de “modernização” da agricultura brasileira, perpetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais uma diretriz: a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos (Proálcool, por exemplo) (MENDONÇA, 2006, p. 73).

O Golpe Militar promoveu reformas políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo moderno, transnacional, no país. Para isso, a reformulação da agricultura era estratégica, ou seja, possibilitava a atração de capitais externos a serem investidos no Brasil. A soja cumpriu um importante papel de atração desses capitais na medida em que se tornou uma das principais culturas produzidas em escala empresarial e industrial, associada com capitais externos (IANNI, 1979, p. 40).

Além disso, conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “o Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos

naturais do país” (OLIVEIRA, 1991, p. 32). A ação dos militares foi no sentido de viabilizar a internacionalização da produção e extração das riquezas minerais do país para inserir-se no cenário mundial, de modo subordinado.

A partir dessa articulação de interesses, a agricultura brasileira passou a ser subordinada à indústria, que forjou a nova produção agrícola baseada em nova tecnologia e insumos (fertilizantes químicos, máquinas, adubos, sementes).

O impacto da política agrícola dos militares não poderia ser diferente. A modernização introduzida provocou a degradação da agricultura camponesa, uma vez que as políticas públicas beneficiavam a agricultura do tipo empresarial, que possuía acesso a novas tecnologias, além da já citada hegemonia da indústria no processo produtivo agropecuário.

Um dos fatores que contribuíram para a modernização da agricultura foi, sem dúvida, a penetração do capital externo, que acabou monopolizando vários segmentos da agroindústria. Dessa forma, a agricultura brasileira ficou dependente aos movimentos das empresas estrangeiras. O estudo que Plínio de Arruda Sampaio realizou acerca do capital estrangeiro e da agricultura nacional comprova essa hegemonia:

[...] as empresas estrangeiras ocupam uma posição de grande importância nos ramos de atividades ligadas à agricultura, construindo, em vários deles, a força econômica dominante, cujo comportamento afeta, sem dúvida, o de todas as demais empresas. Admitindo-se que uma participação superior a 30%, tanto no faturamento como no patrimônio líquido, seja suficiente para exercer influência determinante no mercado de um produto não seria arriscado formular a hipótese que o capital estrangeiro domina os setores de laticínios, carnes frigorificadas, moinhos, café solúvel, fumo, produtos alimentares, papel e papelão e óleos vegetais (SAMPAIO, 1980, p. 100).

Nesse processo de atualização do modelo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, podem-se destacar outros elementos pertinentes. A história do Brasil notabiliza-se pela alteração socioeconômica sem haver mudança, ruptura política ou descontinuidade política com o momento anterior. Ou seja, processos de modernização econômica são efetivados ao largo da mudança correspondente na estrutura social e política do país; altera-se o econômico, mas, via de regra, sem quebrar o *status quo* e o poder de mando de segmentos da elite política do país.

Como elemento constituinte dessa lógica, está o Estado brasileiro, caracteristicamente patrimonial e clientelista, na base do qual está a ausência da dissociação do privado e do público na consciência popular. Esse Estado é gerido por uma elite social que se nutre dele. Os processos de modernização econômica e política são lentos e controlados pelas oligarquias do país:

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do País (MARTINS, 1999, p. 31).

Olhando por esse prisma, o Golpe Militar de 1964 foi o instrumento pelo qual as elites – sobretudo a agrária, que se encontrava “acuada” pela mobilização social em torno da questão agrária – intervieram para restabelecer a ordem política e as condições para o desenvolvimento econômico seguro da propriedade privada. Esse receio da participação popular na vida política do país é uma continuidade histórica. A população, apartada do exercício da cidadania plena, é relegada ao exercício de uma cidadania limitada, na qual é infantilizada, incapacitada de exercê-la autonomamente. Não poucas vezes é discutida como meio de amenizar conflitos sociais e políticos, como em 1964, quando, em meio ao contexto de ebulição social, estimulado pelo projeto nacionalista do Presidente João Goulart e mediação de agentes políticos ligados a igrejas e organizações de esquerda, a cidadania, mesmo que fragmentada, foi suprimida.

O Golpe Militar controlou as tensões sociais no campo (MARTINS, 1995, p. 63-80), onde as Ligas Camponesas, no Nordeste, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MASTER), no Rio Grande do Sul, tiveram o papel de mobilizar os camponeses e trabalhadores rurais em torno da questão da reforma agrária. Tal realidade causou um enorme desconforto nas elites econômica e política do Brasil. A partir do Golpe Militar, a perspectiva de organização popular é limitada. José de Souza Martins afirma:

A aliança estruturalmente básica entre capital e terra, promovida pelos militares, debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação de direitos sociais em favor

das populações pobres, especialmente no campo. Essa aliança enfraqueceu a sensibilidade de amplos setores da sociedade brasileira, basicamente porque anulou a vulnerabilidade política das classes dominantes ao anular a possibilidade de um conflito de interesses tão radical quanto o que poderia existir no conflito entre a racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária (MARTINS, 1999, p. 92).

Longe de ser um fenômeno do passado, o temor das elites em relação às possíveis ações da população se faz presente na atualidade. De acordo com a pesquisa de Elisa Reis realizada no período de 1993 a 1994, a elite nacional é “sensível” ao problema da pobreza e desigualdade por acreditar que ameaça a segurança e a propriedade privada (REIS, 2002, p. 225).

A preocupação do Regime Militar com a realidade agrária, sobretudo a partir de 1968, sob a égide dos oficiais linha-dura, que passaram a influenciar o governo do General Artur da Costa e Silva, tornou-se uma questão prioritária. Norteados pela doutrina de segurança nacional, os Militares implementaram a modernização da agricultura brasileira, a qual, na compreensão do Governo Militar, era uma premissa ao crescimento econômico do país (HOUTZAGER, 2004, p. 52). Esse projeto, que alcançou o seu ápice no governo do general Emílio Garrastazu (1969-1974), era composto de três eixos: crescimento acelerado na produção agrícola, integração nacional e incorporação do trabalho rural à sociedade nacional (HOUTZAGER, 2004, p. 53).

Para a implementação do projeto agrário dos Militares, o Estado sofreu adequações necessárias. Retirou-se a autoridade das oligarquias, criando uma nova legislação e um novo mecanismo burocrático nas áreas rurais para envolver o Estado existente e os governos locais. Logo, os novos instrumentos que o Estado contou no processo da modernização agrícola foram:

o Banco do Brasil, que como principal conduto de crédito tornou-se o braço do Estado para acumulação de capital nas áreas rurais; o INCRA, que regulava questões legais sobre a posse da terra e colonização; e os serviços de pesquisa e extensão nacionais EMBRATER e EMBRAPA, que providenciavam fundamentos técnicos para a modernização da agricultura. O movimento sindical rural, enquanto não fazia parte do Estado legalmente, tornou-se uma parte de facto do braço distribucional do Estado (HOUTZAGER, 2004, p. 57).

No entanto, a modernização agrícola promovida pelo Regime Militar não se baseava somente na alteração do padrão tecnológico, produtivo e na disseminação do conceito de empresa rural, mas também articulou a concepção de integração nacional com a idéia de desenvolvimento, sendo imprescindível a ocupação do interior brasileiro e a exploração de suas riquezas (HOUTZAGER, 2004). Assim, o Regime Militar implementou projetos de colonização da região centro-norte do país, que visando a ocupação social e exploração econômica da área, além de integrá-lo de fato ao território nacional, evitando a proliferação do comunismo (CAUME, 2006).

Imerso no contexto de limitação da cidadania e modernização da agricultura, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), gestado na década de 1970, constituiu-se enquanto movimento social no conflito político com o Estado e latifundiários, em que o modelo agrário dos militares, que exacerbava a problemática social no campo, foi questionado pelos sem-terra. Como um contraponto à práxis modernizante, trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários, sem-terra, sob a identidade de sem-terra, organizaram-se para manterem-se no campo.

Entretanto, no estabelecimento do Movimento, a elaboração de uma análise precisa da conjuntura socioeconômica que envolvia o MST foi fundamental para a delimitação da proposição política inicial. Sendo assim, a identificação por parte do Movimento de que a principal causa geradora da situação dos sem-terra estava ancorada na estrutura agrária e no modelo agrícola desenvolvido pelos governos militares, o MST passou a reivindicar uma reforma agrária não restrita somente à terra, mas abrangendo também as alterações políticas mais amplas na sociedade brasileira. Vejamos como o MST analisa o contexto em que foi gestado:

Em 1964, a ditadura militar arrasou o movimento popular e a organização dos camponeses e patrocina a chamada Revolução Verde, introduzindo a monocultura para exportação, a mecanização e os agrotóxicos. As indústrias químicas se esbaldaram enquanto a natureza foi envenenada e milhares de trabalhadores foram dispensados, aumentando o êxodo rural (MST, 1997, p. 04).

O Golpe Militar possibilitou a expansão do capital internacional sobre a agricultura nacional. Como já foi dito anteriormente, criou um modelo produtivo inspirado na grande empresa capitalista com tecnologias que possibilitavam a maximização dos lucros e a utilização de insumos da indústria estrangeira das áreas

química e metal-mecânica. A “contribuição histórica” da ditadura militar foi de efetivar aliança entre o capital industrial e a terra e, a partir dessa junção, criar novas relações sociais. Nessa perspectiva, José de Souza Martins esclarece:

Ao contrário, a aliança do capital com a propriedade da terra engendrou um capitalismo tributário que opera de modo distinto do capitalismo típico e contratual dos países desenvolvidos. Para extrair os tributos de que se alimenta, esse capitalismo tem que ser ao mesmo tempo um capitalismo violento. Daí resulta que sua ideologia seja liberal e sua prática seja, até fisicamente, repressiva (MARTINS, 1999, p. 126-127).

As conseqüências desse processo foram a concentração agrária, o aumento do êxodo rural, a monopolização do capital agroindustrial, o aumento dos conflitos pela terra e da pobreza no meio rural. Tendo em vista esses desdobramentos sociais e econômicos da modernização da agricultura realizada pelos Militares, conclui-se que sua implementação foi possível mediante um instrumento político: a repressão promovida pelo Estado.

No entanto, o impacto não é circunscrito somente à dimensão socioeconômica, mas também à questão ambiental. A Revolução Verde<sup>3</sup> provocou significativos problemas ambientais, uma vez que traz em sua essência a utilização intensiva do solo, valendo-se do recurso de pesticidas químicos, produção em larga escala e estabelecimento de complexos agroindustriais. Em virtude do impacto ambiental causado por esse tipo de produção, tomou força, a partir da década de 1970, no mundo, a idéia de desenvolvimento sustentável, comprometido com a redução do impacto ambiental. Essa idéia de desenvolvimento rural sustentável<sup>4</sup> surge a partir da premissa central de que

[...] o reconhecimento da insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países (ALMEIDDA, 1998, p. 41-42).

O Brasil não ficou imune a essa discussão. Apesar de fazê-la com certa demora, repercute mais amplamente na sociedade brasileira com relevância na década de 1990. No vértice desse debate está a agroecologia, que surge no primeiro momento como uma alternativa à agricultura camponesa, que se encontra “limitada” pela agricultura

modernizada, inspirada nos princípios da Revolução Verde. A agroecologia possui várias vantagens em relação à agricultura baseada na Revolução Verde. Conforme análise de Altieri (1998) e Masera (1998) a agroecologia é um modelo produtivo alternativo ao da Revolução Verde, sendo desenvolvida a partir da análise dos saberes do agricultor e do ambiente local para elaborar o projeto de agricultura alternativo capaz de contemplar as demandas econômicas e sociais dos camponeses atingidos pelo paradigma da Revolução Verde.

No quadro a seguir, estão expressas as principais diferenças entre os dois modelos produtivos.

<b>Características</b>	<b>Revolução Verde</b>	<b>Agroecologia</b>
<b>ECONÔMICAS</b> Custos das pesquisas  Necessidade Financeiras  Retorno financeiro	Relativamente alto.  Alta. Todos os inputs devem ser procurados no mercado.  Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade.	Relativamente baixo.  Baixa. A maioria dos inputs estão disponíveis no local.  Médio. Necessita de tempo para atingir maior rendimento. Baixa as médias (sic) de produtividade.
<b>SOCIOCULTURAIS</b> Técnicas de pesquisa necessárias  Participação  Integração cultural	Plantação convencional e outras técnicas agrícolas.  Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar barreiras à adoção de tecnologias.  Muito baixa.	Especialização em ecologia e multidisciplinar.  Alta. Socialmente ativa, induzindo o envolvimento da comunidade.  Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização.
<b>TÉCNICAS</b> Safras afetadas  Áreas afetadas  Sistema dominante de plantio	Trigo, milho, arroz e outros.  A maioria, planícies e áreas irrigadas  Monocultura uniforme geneticamente.	Todos os cultivos.  Todas as áreas, especialmente marginais (chuvosas, encostas).  Policultura geneticamente heterogênea.

Quadro7 – Comparação entre a Revolução Verde e as tecnologias agroecológicas  
Fonte: ALTIERI; MASERA, 1998, p. 90-91.

### **Modernização da agricultura mexicana**

A década de 1970 foi emblemática para o México, como de resto para a América Latina. O modelo de desenvolvimento alicerçado na substituição de importações esgotou-se. Segundo Diego Piñeiro, essa crise é seguida pelo processo de liberalização e internacionalização da economia mexicana:

O processo de industrialização estava estagnado, a produção agrária voltada ao mercado interno encontrou o seu limite, os processos inflacionários corroíam a renda dos assalariados e com isso a base de sustentação do modelo. A partir da década de 1970 começa um processo de liberação econômica, abertura das fronteiras, ajuste econômico e desregulamentação estatal [...] (PIÑEIRO, 2004, p. 42).

A industrialização nacional inspirada pela intervenção do Estado dá lugar à penetração gradual do capital externo. Colocando de outra forma, a concepção de desenvolvimento econômico é substituída pela idéia de crescimento econômico, o qual propagaria seus benefícios a todos os segmentos da sociedade (PIÑEIRO, 2004, p. 44). Essa nova compreensão econômica limitaria a participação do Estado na vida econômica do país e descomprometeria o setor privado de questões sociais, já que o simples crescimento econômico geraria melhores condições de vida para a população, mesmo que causasse inicialmente algumas contradições, como, por exemplo, desemprego, disputa por terras, êxodo rural, aumento da pobreza e violência urbana e no campo.

Imerso nesse contexto, Chiapas não assistiu imune ao processo de internacionalização da economia mexicana. Os problemas sociais já existentes agravaram-se. O estado de Chiapas representa 3,7% do território mexicano. Tem a extensão territorial de 74.000 Km<sup>2</sup> e 3.200.000 habitantes. É uma região que 80% das habitações possuem piso de terra (de “chão batido”). Proporcionalmente 36,9% da população ocupada recebe um salário mínimo, enquanto a média nacional é de 69,2%. Mesmo sendo o estado produtor de 60% da energia elétrica do país, 34% da sua população não dispõe de luz no domicílio. Por outro lado, 76% das terras estão em mãos privadas. Chiapas é a região do país com maiores problemas na área de saúde. A cada ano, morrem quinze mil indígenas vitimados por doenças que, em outras localidades do país, já estão erradicadas. Indicativo dessa realidade é o índice de 7,3% de mortalidade infantil, enquanto a média nacional é de 4%. As principais causas da morte de menores de um ano decorrem, em 35,1% dos casos, de enfermidades surgidas no período perinatal; 18,1%, de doenças infecciosas intestinais, e 12,2%, de pneumonia (URZÚA, 1997).

No início da década de 1970, o governo federal importou milho e azeites comestíveis para abastecer e fomentar a produção agroindustrial e agroexportadora. De



imediate, provocou o desestímulo da agricultura de alimentos. Assim, de forma “pioneira”, a região do noroeste de Chiapas, “onde vivem os tzeltales, cultivava-se o milho, o feijão e a cana-de-açúcar, depois foram substituídas pelo café e, por último, por pastos, mudanças que obedeciam ao novo modelo” (ARELLANO, 2002, p. 28).

O novo modelo produtivo baseia-se nos complexos agroindústrias para exportação. O Estado estimula o estabelecimento desses empreendimentos através de crédito e taxas de juros favoráveis, diminuição de impostos da agricultura, taxas de câmbios ideais para a exportação, controle da força de trabalho e desestímulo à organização sindical e rebaixamento do salário real dos trabalhadores agrícolas (PIÑEIRO, 2004, p. 46). Com esse espírito, o presidente Luis Echeverría empregou, na primeira metade da década de 1970, uma política de expansão agroindustrial, a qual trazia consigo o aumento da produção pecuária sobre áreas indígenas, o que causou enormes conflitos sociais (MORENO, 2001, p. 127).

Cabe destacar que esse modelo agroindustrial não é restrito ao México. Longe disso, faz parte do processo de modernização agrícola e de inserção das economias latino-americanas no cenário do capitalismo globalizado. A globalização do capitalismo reorganizou fronteiras e o trabalho mundial. Força motriz desse fenômeno, as transnacionais “planejam, tecem, realizam e desenvolvem as suas atividades por sobre fronteiras e regimes políticos, além das diversidades culturais e civilizatórias” (IANNI, 1996, p. 43). Acredita que a sociedade agrária perdeu importância com o desenvolvimento da globalização capitalista. De fato, o campo não perdeu relevância econômica e social com as transformações produtivas; na verdade, a modernização capitalista integrou a produção agropecuária em níveis históricos. Essa integração viabilizou a expansão de capitais financeiros e indústrias no setor, valorizando economicamente esse segmento, o qual teve o padrão produtivo alterado, modernizado, para facilitar a reprodução do capital. Pode-se dizer que, em vez da perda de importância da agricultura, houve sua revalorização a partir da reestruturação produtiva. Surgiram, assim, os grandes complexos agroindustriais, que, de forma verticalizada, determinaram o ritmo de trabalho, a tecnologia e a produção no campo.

O término do governo de Luis Echeverría não concluiu o processo de modernização da economia mexicana. O novo presidente, José López Portillo, prosseguiu com a adequação do setor agropecuário do país ao mercado internacional. Caracterizou a ocupação de terra como delito comum e criminalizou a organização dos camponeses. De outra parte, favoreceu o acesso de latifundiários a terras expropriadas

(ARELLANO, 2002) estabelecendo, dessa forma, proteção ao capital privado investido no campo mexicano.

Na transição da década de 1980 para a de 1990, desponta algo de “novo” no devir histórico das transformações econômicas do México. O Banco Mundial, após o período em que impôs a vários países o ajuste estrutural de suas economias, passou a qualificar a questão da terra como essencial para a estratégia de desenvolvimento rural da economia mundial (ROSSET, 2004, p. 17).

A reforma agrária, que era polêmica em muitos países até então, é resignificada pelo Banco Mundial. O conteúdo dado a essa concepção de reforma agrária é a alteração fundiária mediada pelo mercado. Na realidade o Banco Mundial “tenta se apropriar da expressão, para fazer com que tenha o sentido que ele quer – que é basicamente a abordagem neoliberal do mercado aplicada à terra – e não o que os movimentos sociais ou o uso histórico possam sugerir” (ROSSET, 2004, p. 16).

Como justificativa para a nova prática do Banco Mundial em relação à reforma agrária, estão três fatores: crescimento, investimento e redução da pobreza. Estudos de economistas do Banco indicam que a distribuição desigual das terras retarda o crescimento; sendo assim, alguma redistribuição poderia ajudar o crescimento. De outra parte, a análise do Banco Mundial considera que o investimento em áreas rurais na América Latina, na África e na Ásia tem sido pequenos; portanto acreditam que o maior fluxo de investimento privado nessas áreas favoreça o crescimento econômico. Em relação ao fator redução da pobreza, pode-se concluir que é mais retórico, uma vez que, observados os estudos de casos, estes indicam que onde foi aplicada a estratégia de reforma agrária de mercado não houve redução dos índices de pobreza (ROSSET, 2004, p. 17).

O projeto de reforma agrária do Banco segue certa ordem de encaminhamentos. Vejamos:

<b>Etapas da Reforma</b>	<b>Objetivos</b>
1ª Etapa – Cadastro, registro, demarcação de terras	Colocar em ordem a situação da posse de terra, uma vez que a o investidor capitalista necessita proteger o seu capital.
2ª Etapa – Privatização de terras públicas e comunais	Substanciar o mercado de terras.
3ª Etapa – Titulação com títulos alienáveis	Permitir que os títulos de propriedades possam ser alienados, ou seja, vendidos ou serem dados como garantia.

4ª Etapa – Estímulo ao mercado de terras	Promover a comercialização de terras, inclusive permitindo a penetração de investidores externos.
5ª Etapa – Bancos de Terra/distribuição através do mercado.	O acesso à terra é realizado apenas através da compra.
6ª Etapa – Créditos para os beneficiários	Os compradores financiam o crédito disponibilizado para compra da propriedade. Geralmente os valores pagos estão acima do valor de mercado.

Quadro 8 – Reforma agrária baseada no mercado  
 Fonte: (ROSSET, 2004, p. 18-23).

Em harmonia com o espírito de reforma agrária orientada pelo Banco Mundial, na década de 1990, o presidente mexicano Carlos Salinas de Gotari, em 1991, anunciou a intenção de emendar o artigo 27 da Constituição de 1927. Esse artigo, como uma herança da Revolução Mexicana, garantia o direito à terra através dos ejidos.<sup>5</sup> Em 1992, a reforma do artigo 27 foi aprovada por 388 votos a favor e 45 contra (TANAKA, 2004, p. 124). A partir de então os ejidos poderiam ser passíveis de titulação individual da terra, e, por conseguinte, podendo terem suas áreas comercializadas.

A privatização de terras comunais no México, viabilizada pela reforma do artigo 27 da Constituição, tem operado, por intermédio do Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares, PROCEDE.<sup>6</sup> Esse programa cumpre a primeira etapa do processo de modernização da estrutura fundiária e agrária proposta pelo Banco Mundial: a titulação e demarcação das terras. Uma vez realizada a titulação individual do ejido, limites de propriedades definidos legalmente, podem ser comercializados.

Como consequência do processo de titulação das propriedades comunais, instala-se uma série de conflitos entre os ejidados:

Em algumas comunidades, o Procede introduziu um sentimento de insegurança. Para obter os direitos da propriedade, o programa tem de confirmar os limites entre os ejidos e as parcelas individuais, resolver disputas internas e distribuir títulos. O Procede gerou debates e acirrou os conflitos por limites das terras, particularmente com ejidatarios ausentes, sobre o direito de herança de mulheres e crianças não-ejidatarios e o direito de propriedade de terra que havia sido ilegalmente utilizada em hipotecas (TANAKA, 2004, p. 127).

Por outro lado, após a certificação da terra, a segunda etapa da modernização pode ser efetivada. O certificado pode ser convertido em um título de propriedade privada, necessitando apenas da solicitação à assembléia geral do ejido e sua aprovação.

Permissão concedida, a terra passa ser passível de comercialização, deixando, portando, de pertencer ao ejido (TANAKA, 2004, p. 128).

### **Considerações finais**

A agricultura brasileira e mexicana sofreram o mesmo processo de expansão do capital transnacional. A modernização ocorrida no campo teve elementos semelhantes, como, por exemplo, a alteração do modelo produtivo, intensificando as concepções e práticas de cultivos baseadas nos princípios da Revolução Verde.

Logo, o impacto ambiental e social não tardaram. A concentração fundiária, o aprofundamento dos conflitos por terras e a deterioração da agricultura camponesa fizeram despontar a mobilização popular, como, por exemplo, o estabelecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México.

Destaca-se que ao analisar os dois casos, o mexicano e o brasileiro, percebem-se as especificidades existentes em cada fenômeno, como, por exemplo, a alteração constitucional que possibilitou a comercialização das terras indígenas, intensificando a degradação da vida comunitária, no México. De outra parte, no Brasil, a agricultura camponesa dá lugar ao modelo de produção integrada ao binômio indústria e setor financeiro.

Analisar os principais elementos históricos constitutivos da alteração na agricultura latino-americana, nas últimas décadas, é fundamental para compreendermos os atuais conflitos sociais existentes na região, os quais demandam políticas públicas e um modelo agrícola e fundiário capaz de incorporar indígenas, pequenos agricultores, trabalhadores rurais e sem terra.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Jalcione. *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998

ARELLANO, Alejandro Buenrostro Y. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrábio Editora, 2002

- ARELLANO, Alejandro Buenrostro Y. *As raíces do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrábio Editora, 2002
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1988
- CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Goiânia: Editora UFG/UPF, 2006
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982
- HOUTZAGER, Peter. *OS últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Editora Globo, 2004
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 2º.ed.1999
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis/RJ: 5º ed. Vozes, 1995
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. Nº 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006
- MORENO, Jesus Maria. *México, un pueblo testimonio: los índios y la nación en nuestra América*. México/D.F: Plaza y Valdés, 2001
- MST. *Reforma Agrária*. Porto Alegre: COCEARGS, 1997
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas/SP: 2º ed. Papirus, 1991
- PIÑEIRO, Diego. *En busca de la identidad: la acción colectiva en los conflictos agrários*. Buenos Aires: Clacso, 2004
- PIÑEIRO, Diego. *En busca de la identidad: la acción colectiva en los conflictos agrários*. Buenos Aires: Clacso, 2004

- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 43º ed. 1998
- REIS, Elisa. *Modernização, cidadania e estratificação*. In: BETHELL, Leslie. *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- ROSSET, Peter. *O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial*. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, CEBRAP, 1980
- TANAKA, Laura Saldiva. *A reforma agrária mexicana: do ejido à privatização*. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004
- URZÚA, Guido Camú. *EZLN: el ejército que salió de la selva*. 2º ed. México/D.F: Planeta, 1994. CENTRO DE INFORMACIÓN Y ANÁLISIS DE CHIAPAS. *Chiapas em cifras: para entender Chiapas*. México/D.F: CIACH, 1997
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984

---

<sup>1</sup> Sobre o tema da dependência ver: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

<sup>2</sup> Entende-se a Questão Agrária como a contradição da estrutura fundiária e agrícola brasileira, a qual não sofreu processo de reforma agrária, promovendo a existência de uma população pobre vivendo no campo, trabalhando de forma variada. Sobre o tema ver: MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984; MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995; MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. GRAZIANO DA SILVA, José. *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

<sup>3</sup> Entende-se Revolução Verde o processo iniciado na década de 1940, financiado pela Fundação Rockefeller, o qual consistia, na primeira fase, no desenvolvimento de projetos-piloto no México, Filipinas, Brasil e Estados Unidos, com o objetivo de descoberta de novas técnicas, experiências de melhoramento genético de sementes adaptadas às condições dos diferentes solos, pragas e doenças. Na segunda fase, a partir de 1965, com o êxito da experiência no México e Filipinas, seus patrocinadores difundiram pelo mundo a agricultura baseada na utilização de sementes geneticamente melhoradas, técnicas de correção de solo, fertilização, pesticidas e máquinas modernas. Ver: BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988; GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; HOBELINK, Henk. *Biotecnologia: muito além da revolução verde : as novas tecnologias genéticas para a agricultura : desafio ou desastre*. Porto Alegre: Riocell, 1990.

<sup>3</sup> Sobre o tema ver: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí/RS: Unijui, 2006. GRAZIANO DA SILVA, J.G. *O novo rural brasileiro*. São Paulo: Unicamp, 1999. ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

<sup>4</sup> Sobre o tema ver: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí/RS: Unijui, 2006. GRAZIANO DA SILVA, J.G. *O novo rural brasileiro*. São Paulo: Unicamp, 1999. ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

---

<sup>5</sup> O termo *Ejido* refere-se a propriedade comunitária indígena.

<sup>6</sup> México. *Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares*, Disponível em [http://www.pa.gob.mx/Procede/info\\_procede.htm#definicion](http://www.pa.gob.mx/Procede/info_procede.htm#definicion). Acessado em 15/03/07.